Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

PROTEÇÃO A INFÂNCIA E O (DES)ENVOLVIMENTO SAUDÁVEL

CHILDHOOD PROTECTION AND HEALTHY (MIS)DEVELOPMENT

WALLACE ROSA GOMES
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés
Especialista em Educação em Direitos Humanos, UFES.
E-mail: wallace.gomeseso@gmail.com

VERÔNICA PONTES DORNELAS PEREIRA
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Especialista em Filosofia e Psicanalise, UFES.
E-mail: veronicadornelas4@gmail.com

MARIA CLARA MAZZARIOL NEITEZEL
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Especialista em Psicanalise.
E-mail: mariacmneitezel@hotmail.com

DAIANY FERREIRA AMORIM
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Graduanda em Psicologia.
E-mail: daianyfamorim@hotmail.com

Recebido: 15/05/2025 – Aceito: 30/05/2025

Resumo

A presente pesquisa, intitulada "Proteção à Infância e o (Des)envolvimento Saudável", propõe uma análise crítica sobre os impactos da ausência de proteção biopsicossocial no desenvolvimento infantil, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. A relevância do tema está ancorada na crescente medicalização da infância e na negligência de direitos fundamentais, mesmo diante da existência de instrumentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Partindo da pergunta norteadora — Como a atuação do psicólogo pode contribuir para garantir a proteção integral da infância e prevenir o desenvolvimento psíquico comprometido em contextos de vulnerabilidade social? — o estudo tem como objetivo geral compreender as consequências psíquicas infantis associadas a contextos de desamparo e analisar o papel do psicólogo na promoção da proteção integral da criança. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica. As fontes utilizadas incluem livros, artigos científicos e documentos legais, selecionados nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, com foco em publicações sobre infância, psicanálise, políticas públicas e desenvolvimento humano. Os resultados esperados envolvem a ampliação da compreensão sobre os efeitos da negligência biopsicossocial na infância e o fortalecimento do olhar clínico e ético do psicólogo frente às demandas infantis, contribuindo para práticas mais sensíveis, não patologizantes e comprometidas com a promoção do desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Proteção da Infância; Desenvolvimento Humano; Psicanálise Infantil**.**

Abstract

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

This research, entitled "Childhood Protection and Healthy (Un)Development", proposes a critical analysis of the impacts of the lack of biopsychosocial protection on child development, especially in contexts of social vulnerability. The relevance of the topic is anchored in the growing medicalization of childhood and the neglect of fundamental rights, even in the face of the existence of legal instruments such as the Child and Adolescent Statute (ECA). Starting from the guiding question — How can the work of the psychologist contribute to ensuring the comprehensive protection of childhood and preventing compromised psychological development in contexts of social vulnerability? — the study has the general objective of understanding the psychological consequences for children associated with contexts of helplessness and analyzing the role of the psychologist in promoting comprehensive child protection. This is a qualitative, exploratory research, based on a bibliographic review. The sources used include books, scientific articles and legal documents, selected from the SciELO, PePSIC and Google Scholar databases, focusing on publications on childhood, psychoanalysis, public policies and human development. The expected results involve expanding the understanding of the effects of biopsychosocial neglect in childhood and strengthening the clinical and ethical perspective of psychologists regarding children's needs, contributing to more sensitive, non-pathologizing practices that are committed to promoting the child's integral development.

Keywords: Child Protection; Human Development; Child Psychoanalysis.

1. Introdução

A infância, longe de ser uma etapa natural e imutável da vida humana, é uma construção social e histórica marcada pelas transformações culturais, econômicas e políticas de cada época. A criança responde ao mundo não apenas com seu corpo biológico, mas também com sua subjetividade, estando profundamente vulnerável às influências do corpo social e de suas dinâmicas.

Tal como apontam Feldman e Papalia (2013), as primeiras experiências humanas, especialmente as interpessoais, afetam significativamente o desenvolvimento físico e psicológico. Para os autores, “sem conexões sociais significativas, a saúde física e mental terá problemas” (p. 38), evidenciando o impacto da proteção – ou da ausência dela – sobre o crescimento infantil.

A interação entre hereditariedade e ambiente configura-se como um dos pilares do desenvolvimento humano. Embora a base genética estabeleça potenciais para certos traços físicos e psicológicos, é o ambiente – por meio de estímulos sociais, educacionais e culturais – que favorece ou inibe a manifestação dessas características.

Como observa Piaget (1999), o desenvolvimento cognitivo se dá em estágios progressivos de equilíbrio e organização, sendo altamente influenciado pelo meio. Assim, ambientes saudáveis e afetivos podem estimular positivamente o desenvolvimento mental, emocional e social da criança.

Nesse cenário, destaca-se a importância de uma infância protegida, em sua totalidade biopsicossocial. A negligência, a violência doméstica, a pobreza e a insuficiência de políticas públicas ainda persistem como entraves à garantia dos direitos das crianças, apesar da existência de marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Soma-se a isso o fenômeno contemporâneo da medicalização precoce da infância, que muitas vezes apaga as singularidades

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

subjetivas da criança em favor de diagnósticos apressados e intervenções normativas.

Diante desse contexto, este estudo tem como tema central a proteção à infância e o (des)envolvimento saudável. A pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de compreender os efeitos do desamparo social e afetivo sobre o desenvolvimento psíquico infantil, bem como de refletir criticamente sobre o papel do psicólogo como agente de escuta, acolhimento e transformação. A atuação do profissional da Psicologia, ao considerar os discursos sociais, históricos e psicanalíticos, torna-se essencial para a promoção de práticas que não patologizem a infância, mas que compreendam sua complexidade e potencialidade.

A investigação parte da seguinte pergunta: Como a atuação do psicólogo pode contribuir para garantir a proteção integral da infância e prevenir o desenvolvimento psíquico comprometido em contextos de vulnerabilidade social?

Como objetivo geral, busca-se compreender as consequências psíquicas infantis associadas a esse desamparo e analisar criticamente a atuação do psicólogo na garantia dos direitos da criança. Os objetivos específicos são: (1) analisar o papel do psicólogo na proteção à infância; (2) compreender a relação entre desenvolvimento infantil e desamparo social; (3) refletir sobre os impactos da medicalização precoce da infância; (4) discutir a importância da detecção precoce de sofrimento psíquico com base na psicanálise; e (5) investigar as transformações históricas na concepção de infância a partir da obra de Philippe Ariès.

Para tanto, adota-se uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica. As fontes serão selecionadas a partir de bases como SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, priorizando livros, artigos científicos e documentos legais que abordem a infância, a psicanálise, as políticas públicas e o desenvolvimento humano.

Com isso, pretende-se promover uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre a proteção infantil, oferecendo subsídios teóricos para práticas psicológicas mais éticas, sensíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

1.1 Objetivo Geral

Compreender as consequências psíquicas infantis associadas a esse desamparo e analisar criticamente a atuação do psicólogo na garantia dos direitos da criança.

2. RETRATOS DA INFÂNCIA NA OBRA DE PHILIPPE ÀRIES

A contribuição do historiador Philippe Ariès (2014) permite compreender a infância como uma construção histórica, cuja definição varia conforme os contextos sociais e culturais de cada época. Em determinados períodos, crianças e adultos não apresentavam distinções claras em suas funções sociais, compartilhando atividades e rotinas semelhantes. A infância, portanto, não possui uma duração ou forma universais, sendo influenciada por estruturas sociais, condições econômicas e temporalidades específicas.

Segundo Ariès (2014), a concepção contemporânea de infância — marcada pela ênfase na proteção, no cuidado e na educação — é um fenômeno recente.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

Essa visão mais humanizada e diferenciada da criança como sujeito em desenvolvimento começou a se consolidar somente a partir do século XVII, especialmente com a ascensão da burguesia e o fortalecimento da família nuclear. Ao analisarmos os escritos do autor, torna-se evidente que, nas sociedades medievais, as crianças ocupavam uma posição de fragilidade e desvalorização, refletida tanto nas práticas cotidianas quanto nas representações culturais da época.

Ao examinar a obra de Ariès, é possível identificar as diversas formas pelas quais a infância foi representada historicamente. Ao longo do tempo, surgiram diferentes concepções de criança — desde o “adulto em miniatura” até ideias como “tábua rasa” ou “folha em branco”. Essas imagens revelam que a infância sempre foi compreendida à luz de valores e significados culturais específicos de cada contexto histórico.

Antes da modernidade, as crianças ocupavam um papel marginal no núcleo familiar e, nas artes visuais, frequentemente eram retratadas como adultos em menor escala, sem características infantis próprias. Conforme aponta Ariès, a partir do século XIII, algumas mudanças começam a surgir, mas é somente no século XVII que a criança passa a ocupar um lugar central nas composições familiares. Isso se reflete também no vestuário: famílias com melhores condições passaram a vestir seus filhos com roupas diferenciadas das de adultos, e no século XVIII, as vestimentas infantis passaram a ser mais adequadas à mobilidade e ao conforto da criança.

Durante o Renascimento, intensifica-se uma preocupação social e pedagógica com a infância, fortalecida posteriormente pela Revolução Industrial. Nesse período, a criança ganha centralidade não apenas no seio familiar, mas também como sujeito escolarizável e potencialmente produtivo, alinhando-se às novas exigências da sociedade industrial. Com isso, a infância torna-se alvo da normatização de saberes especializados — como a Psicologia, a Pedagogia e a Pediatria — que passam a regular comportamentos e definir modos de ser criança de acordo com padrões sociais e econômicos em vigência.

2.1 Contribuições da Psicanálise: a inscrição da criança no discurso social

A forma como a proteção é oferecida nos primeiros anos de vida exerce influência decisiva sobre a constituição das estruturas fundamentais do funcionamento psíquico da criança. Esse processo envolve, de maneira indissociável, o cuidado, o afeto e a atenção às necessidades emocionais e físicas da infância. Para Sigmund Freud, é justamente por meio dessas experiências iniciais de dependência, e da forma como o ambiente responde a elas, que a criança começa a estruturar seu aparelho psíquico. A construção de uma sensação de segurança interna, indispensável ao desenvolvimento saudável, depende diretamente dessas primeiras interações com o outro.

No campo da psicanálise, pais, mães e demais cuidadores são compreendidos como agentes fundamentais na constituição subjetiva da criança. Suas atitudes, vínculos e formas de responder às demandas infantis influenciam profundamente a formação da identidade, das emoções e das relações interpessoais que a criança desenvolverá ao longo da vida. O ambiente familiar,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

portanto, assume um papel determinante na configuração da personalidade e dos comportamentos futuros do sujeito.

A partir dessa perspectiva, a psicanálise introduz uma concepção singular da criança como sujeito do discurso, atravessado por marcas sociais, históricas e afetivas. Esse sujeito não é apenas resultado de determinismos biológicos ou sociais, mas constitui-se primeiramente no campo simbólico, no discurso dos cuidadores que o antecedem. A criança, assim, é inicialmente falada, imaginada, nomeada — antes mesmo de se afirmar como presença real no mundo.

É nesse contexto que se torna fundamental reconhecer que nenhum ser humano se constitui isoladamente. Todo sujeito necessita de outro para dar forma ao seu corpo físico e psíquico, garantindo não apenas a manutenção da vida, mas também o desejo por ela. O encontro com o outro, nesse sentido, é o motor que sustenta a existência e a emergência da subjetividade desde os primeiros instantes de vida. A partir disso:

> a psicanálise reconhece a singularidade da experiência de cada criança e busca compreender suas vivências internas, desejos e conflitos através de métodos específicos, como a escuta atenta e a interpretação dos conteúdos manifestos e latentes em suas falas, brincadeiras e comportamentos (RODRIGUES, MATTOS, NEVES, 2023, p.259).

No cenário atual, é comum que as dificuldades vivenciadas na infância sejam rapidamente patologizadas ou até mesmo associadas a condutas desviantes, o que evidencia a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e respeitosa às singularidades infantis. Em lugar de reforçar estigmas, é fundamental adotar intervenções clínicas que considerem a complexidade subjetiva de cada criança e promovam efetivamente sua saúde e bem-estar desde os primeiros anos de vida.

A prática clínica voltada à primeira infância deve basear-se na escuta atenta das expressões do bebê — tanto em suas manifestações simbólicas quanto no que é transmitido pelos pais e cuidadores — pois é nesse campo que se constroem as primeiras estruturas da subjetividade. Ainda assim, algumas concepções reducionistas insistem em classificar qualquer forma de detecção precoce como ação preconceituosa ou patologizante. No entanto, ao compreendermos a complexidade que envolve a clínica com bebês, torna-se possível afastar tais generalizações e optar por uma abordagem mais abrangente, sensível e fundamentada.

É preciso entender que tanto a detecção quanto a intervenção precoce não devem ser interpretadas como tentativas de normalização ou imposição de padrões, mas sim como estratégias de cuidado voltadas à promoção do desenvolvimento saudável. Quando acompanhadas de uma escuta qualificada e do envolvimento efetivo da família, tais práticas se tornam instrumentos valiosos na identificação e no acolhimento das necessidades específicas de cada criança. Como destaca Alfredo Jerusalinsky (2020, p. 12):

> São seus cuidadores primários os que funcionam como intermediários amortecedores entre o meio circundante em atividade e o pequeno, inaugurando seu contato com o mundo e os semelhantes. Dê-se conta de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

> que ele não nasceu com instrumentos instituais suficientes (como acontece com os outros mamíferos) para organizar isso que chega a ele como um bombardeio sensorial.

Destaca-se, portanto, a necessidade de superar preconceitos e ampliar o conhecimento sobre a detecção precoce de sofrimento psíquico na primeira infância, reconhecendo que os bebês têm formas de expressar seu sofrimento que pode ser identificado e interpretado clinicamente. Sendo crucial para garantir que os bebês que enfrentem dificuldades, recebam o apoio necessário antes que seus problemas se agravem ou se tornem mais difíceis de tratar.

Segundo Laznik (2000, p.76):

> Sabemos que provavelmente há uma "psicossomática" do autismo, isto é, que o não uso psíquico do aparelho neuronal vai conseguir lesá-lo. A hipótese, mais ou menos implícita, que sustenta esta investida em direção ao precocíssimo, é que haveriam (sic) meios de recolocar em funcionamento estruturas em vias de constituição. [...] Diante desta patologia, luta-se contra o relógio.

É de suma importância, sublinhar assim, a detecção precoce de sofrimento psíquico em bebês e de uma abordagem mais ampla e sensível na primeira infância. Embora muitas vezes a Lei nº 13.438/2017, que explana sobre a detecção de risco psíquico em bebês de 0 a 18 meses, seja erroneamente interpretada como uma lei exclusivamente relacionada à detecção de autismo, o texto destaca que o conceito de "risco psíquico" abrange uma gama mais ampla de dificuldades emocionais e psicológicas que não se limitam apenas ao autismo. É ressaltado que a detecção precoce não visa fechar diagnósticos, mas sim identificar situações de sofrimento psíquico que, se abordadas precocemente, podem permitir intervenções terapêuticas que favoreçam o desenvolvimento saudável do bebê, enfatizando a importância de compreender a complexidade da detecção precoce.

> Como o problema de desenvolvimento trata-se do corte epidemiológico operando pela psicanálise. Constata-se que o processo da aquisição instrumental que constitui como o desenvolvimento não é independente da constituição psíquica o desenvolvimento não ocorre por automatismo desencadeado pela mera passagem do tempo e efeitos na manutenção do organismo. Tão pouco, o mero encontro com que se desencadeiam estruturas epidemiológicas de progressiva coordenação nas ações de um bebê o desenvolvimento atrelado à constituição psíquica e, portanto, ao laço de um bebê ou criança e estabelecem com outro (JERUSALINSKY, 2016, p.)

A abordagem clínica voltada à primeira infância revela-se essencial para a identificação precoce de dificuldades psíquicas em bebês. Ao invés de antecipar diagnósticos associados a patologias específicas, o que se propõe é um olhar atento às manifestações do sofrimento psíquico, reconhecendo quando algo não vai bem e quando a criança necessita de suporte. Essa perspectiva rejeita qualquer forma de rotulação precoce ou estigmatização, priorizando a escuta das produções e sinais emitidos pelo bebê desde seus primeiros vínculos e interações.

A constituição psíquica do bebê, portanto, não é entendida como um enigma inacessível ou oculto, mas como algo que se revela nas experiências concretas e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

nas trocas simbólicas que ele estabelece com o meio. Assim, a detecção precoce assume um papel preventivo e cuidadoso, funcionando como uma oportunidade de intervenção antes que os traços de sofrimento se cristalizem em estruturas patológicas rígidas.

É no campo simbólico — constituído pela linguagem e pela cultura — que se encontram as chaves para a emergência do sujeito psíquico. Desde antes do nascimento, a criança já está inserida em um campo social preexistente, em uma história e em um discurso que a antecedem. Como ensina Lacan, é por meio dessa linguagem anterior que nos humanizamos, tornando-nos sujeitos. A palavra que nos precede nos constitui, nos atravessa e nos marca.

Nesse sentido, a psicanálise valoriza o espaço da fala como caminho de significação e subjetivação. O percurso analítico busca justamente levar o sujeito ao campo da livre associação, permitindo que, ao narrar suas experiências — mesmo as mais singulares ou aparentemente desconexas — ele encontre sentidos próprios para sua história. Falar, nesse contexto, é o que permite ao sujeito apropriar-se de si mesmo.

Diante disso, o diagnóstico na clínica da infância não pode ser concebido como algo definitivo e fechado, especialmente em uma fase em que a estruturação psíquica ainda está em curso. A infância deve ser compreendida para além da psicopatologia. É preciso oferecer acolhimento às singularidades de cada criança, reconhecendo nelas a possibilidade de um corpo psíquico e emocional potencialmente saudável, mesmo que esteja em processo de constituição atípica.

2.2 O lugar da criança na infância contemporânea: Proteção e Desenvolvimento.

Diante das transformações sociais e culturais do mundo contemporâneo, é necessário refletir: qual é, de fato, o lugar reservado à infância hoje? Existe espaço para uma infância que respeite e valorize as singularidades, potencialidades e habilidades de cada criança?

Freud reconhecia a ludicidade como um elemento essencial no desenvolvimento psíquico infantil. Para ele, o ato de brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma forma de expressão simbólica que sustenta a fantasia e a elaboração de experiências internas da criança. Ao brincar, a criança não lida apenas com objetos físicos: ela cria histórias, assume papéis diversos e vivencia emoções de forma concreta e significativa. Por meio do jogo simbólico, ela simula situações da vida real, resolve conflitos internos e manifesta seus desejos e anseios mais profundos.

Essa capacidade de fantasiar e de se envolver em brincadeiras espontâneas desempenha um papel crucial não apenas no desenvolvimento cognitivo e emocional, mas também na construção de habilidades sociais. Ao interagir com outras crianças ou com o ambiente, a criança aprende a se comunicar, a negociar sentidos e a desenvolver empatia — aspectos fundamentais para sua formação subjetiva e para sua integração no mundo social.

> É claro que em suas brincadeiras as crianças repetem tudo que lhes causou uma grande impressão na vida real, e assim procedendo, ab-

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

> reagem à intensidade da impressão, tornando-se, por assim dizer, senhoras da situação. Por outro lado, porém, é óbvio que todas as suas brincadeiras são influenciadas por um desejo que as domina o tempo todo: o desejo de crescer e poder fazer o que as pessoas crescidas fazem. (FREUD, 1976, p. 27).

Por outro lado, o cenário da infância contemporânea tem sido fortemente marcado pelo consumo excessivo de produtos e formas de entretenimento já estruturadas, o que limita as possibilidades de experimentação, criatividade e exploração ativa por parte das crianças. Em vez de serem protagonistas de suas brincadeiras, muitas vezes elas se tornam apenas espectadoras passivas. Desde muito cedo, são expostas a uma diversidade de conteúdos instantâneos e pouco interativos, o que compromete o desenvolvimento da imaginação, reduz o espaço para a autonomia e prejudica a aquisição de habilidades sociais fundamentais.

Diversas áreas do saber têm se dedicado ao estudo da infância ao longo do tempo, contribuindo com interpretações valiosas sobre sua evolução e seu papel na sociedade. Philippe Ariès, por exemplo, ofereceu uma contribuição fundamental ao demonstrar como a concepção de infância se transformou historicamente, evidenciando que as práticas e percepções sociais sobre as crianças variaram significativamente ao longo dos séculos.

Sigmund Freud, por sua vez, destacou que as experiências vividas nos primeiros anos de vida exercem influência profunda e duradoura sobre a formação da personalidade e o desenvolvimento psicológico do indivíduo. Já Alfredo Jerusalinsky contribuiu para a compreensão de como esses primeiros anos impactam o desenvolvimento emocional e social das crianças, enfatizando a importância da construção de vínculos afetivos, da constituição da identidade e da maneira como a criança lida com seus afetos.

Apesar de partirem de diferentes campos teóricos, esses autores convergem em uma preocupação comum: a valorização da infância e a atenção às necessidades singulares das crianças. É nesse contexto que esta pesquisa se justifica, ao buscar compreender as múltiplas dimensões que envolvem a proteção da infância e a urgência de políticas públicas mais eficazes, além de práticas profissionais e intervenções que promovam o bem-estar infantil nos mais diversos contextos.

Torna-se, portanto, essencial desenvolver e implementar legislações e ações que garantam os direitos das crianças, respeitando as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada território. As estratégias devem ser adaptadas à realidade local, sempre priorizando o melhor interesse da criança e assegurando condições para seu pleno desenvolvimento.

3. Considerações Finais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

Os primeiros anos de vida representam uma etapa decisiva para a constituição das bases do desenvolvimento infantil, sendo marcados por transformações intensas que moldam a estrutura psíquica da criança. Nesse sentido, investir na infância não é apenas uma escolha ética, mas uma necessidade social que visa assegurar um percurso saudável de crescimento, subjetivação e inserção social.

As evidências demonstram que vínculos afetivos consistentes com os cuidadores, aliados a um ambiente seguro, estável e acolhedor, são fundamentais para o desenvolvimento psicossocial equilibrado da criança. A partir da articulação de diferentes abordagens teóricas — históricas, psicanalíticas e do desenvolvimento humano — torna-se possível compreender de forma mais ampla as múltiplas facetas do desamparo infantil e suas implicações.

Dessa forma, destaca-se o papel crucial dos profissionais, especialmente da Psicologia, na construção de estratégias de cuidado, prevenção e intervenção, pautadas pela escuta qualificada, pelo respeito às singularidades e pela promoção de direitos. Enfrentar os desafios impostos pela realidade da infância contemporânea exige ações intersetoriais e coordenadas entre famílias, escolas, serviços de saúde e gestores públicos.

Assim, promover o desenvolvimento integral de crianças implica um esforço coletivo e contínuo, voltado à criação de contextos que favoreçam sua proteção, autonomia e bem-estar, garantindo que cada criança tenha a oportunidade de alcançar todo o seu potencial humano.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

JERUSALINSKY, Julieta. **Detecção precoce de sofrimento psíquico versus patologização da primeira infância: face à lei nº 13.438/17, referente ao estatuto da criança e do adolescente.** Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v23n1/a06v23n1.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

JERUSALINSKY, Julieta. **Enquanto o futuro não vem: a Psicanálise na clínica interdisciplinar.** Salvador: Ágalma, 2006.

LIBARDI, Suzana Santos; CASTRO, Lucia Rabello de. A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 895-914, dez. 2017 .

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8ºed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.4001

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho imagem e representação.** 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964.

RODRIGUES, Jeane Ferreira; MATTOS, Júlia de Barros Silva; NEVES, Lavínia Carvalho Brito. Considerações gerais para a clínica com crianças. *Revista Episteme Transversalis*, V. 14, n. 3, p. 258-279, 2023.

Visani, P., & Rabello, S.. (2012). Considerações sobre o diagnóstico precoce na clínica do autismo e das psicoses infantis. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 15(2), 293–308. https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000200006